**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
**17º EXAME DE SELEÇÃO AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA – 15.03.2026**

## 1 – DIREITO CONSTITUCIONAL

1 – Em consulta à Procuradoria Geral do Estado, o Governador indaga se poderia editar um decreto suspendendo os efeitos financeiros de uma lei estadual, por entendê-la claramente inconstitucional, embora não haja uma decisão do Poder Judiciário sobre o tema. Na qualidade de Procurador do Estado, opine, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a respeito da constitucionalidade da medida. (50 pontos)

2 – Qual é o modelo de repartição de competências materiais ambientais na Constituição de 1988? É constitucional a atuação de mais de um ente federado na fiscalização ambiental de uma mesma atividade? (50 pontos)

## 2 – DIREITO ADMINISTRATIVO

1 – Um Estado da Federação vem experimentando dificuldades em designar agentes de contratação para conduzir seus procedimentos licitatórios, uma vez que não existem servidores efetivos em número suficiente para atender ao comando do art. 8º da Lei nº 14.133/2021 ("*A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação*"). Considerando que o referido Estado se encontra em situação financeira frágil, impossibilitando a realização de novos concursos, indique quais interpretações da lei e institutos administrativos de gestão de pessoal poderiam ser adotados pela Administração a fim de viabilizar a continuidade das atividades de aquisição de bens e contratação de serviços. (40 pontos)

2 – Órgão administrativo conduz processo administrativo de contratação de solução de inteligência artificial. Após homologação do procedimento, mas antes da adjudicação e celebração do contrato, a Administração verificou que o objeto já estava obsoleto. Discorra sobre a possibilidade de revogação ou anulação da licitação. (60 pontos)

## 3 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 – Conceitue o instituto do *amicus curiae*, discorrendo a respeito dos seus poderes, faculdades processuais e limites de atuação. (50 pontos)

2 – Pode o Poder Judiciário extinguir execução fiscal de baixo valor? Discorra à luz da jurisprudência e do arcabouço normativo. (50 pontos)

## 4 – DIREITO TRIBUTÁRIO

1 – O Secretário de Fazenda, com base em pleito de entidade religiosa, indaga se os templos gozam de imunidade de ICMS incidente sobre a energia elétrica por eles consumida. Além disso, questiona sobre a possibilidade de aumentar a alíquota de ICMS incidente sobre a energia elétrica acima da alíquota geral aplicada no Estado.

Com base na consulta apresentada, responda:

A) Diferencie imunidade de isenção tributária, conceituando os institutos. (15 pontos)
B) Há imunidade tributária na hipótese relatada? Justifique a sua resposta. (15 pontos)
C) Lei estadual pode dispensar a incidência de ICMS sobre a energia elétrica consumida pelos templos? Justifique a sua resposta. (15 pontos)
D) Como medida de compensação, poderia a mesma lei estadual referida no item "c" aumentar a alíquota de ICMS incidente sobre a energia elétrica consumida pelos demais contribuintes acima da alíquota geral adotada pelo Estado? Justifique a sua resposta. (15 pontos)

2 – Discorra sobre a competência legislativa tributária e indique as peculiaridades do seu exercício em relação ao ICMS. (40 pontos)